



‘Temos de Ser um Grupo Multicultural, para dar Voz aos Refugiados’

ALEXANDRA CARVALHO

Conselho Português para os Refugiados

Ao longo da História, as formas de exclusão têm evoluído, tanto no que diz respeito às suas características, como na própria concepção que temos das mesmas.

Actualmente, a emergência de novos mecanismos de exclusão social e a “não cidadania” como situação extrema que afecta grupos sociais fortemente marginalizados têm contribuído para o desenvolvimento de políticas alternativas de inclusão social em que a participação e *empowerment*⁴ dos públicos-alvo se torna fundamental.

No âmbito da União Europeia (UE), um exemplo claro da promoção de inclusão social é o Programa da Iniciativa Comunitária EQUAL.

Financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE), a EQUAL apresenta-se como uma plataforma de aprendizagem que tenta encontrar novas formas de alcançar os objectivos políticos da Estratégia Europeia de Emprego e do Processo de Inclusão Social⁵. Difere, no entanto, de outros programas financiados pelo FSE, na medida em que se assemelha quase a um laboratório de desenvolvimento de novas formas de luta contra a discriminação e desigualdade no mercado do trabalho.

Nesta breve comunicação, gostaríamos de vos falar sobre a prática que temos desenvolvido numa actividade de um projecto⁶ financiado por esta Iniciativa Comunitária, visando, precisamente, garantir o direito a uma integração e eventual cidadania: o **Grupo Consultivo (informal) de Requerentes de Asilo e Refugiados**.

O principal objectivo que presidiu à criação deste órgão consultivo foi a tentativa de garantir a existência de espaços de participação, com vista a que os requerentes de asilo tivessem a possibilidade de fazer ouvir a sua opinião e intervir nas decisões que afectam o seu processo de acolhimento e integração em Portugal.

Os requerentes de asilo e refugiados que constituem o Grupo Consultivo foram convidados pela parceria de desenvolvimento (PD) deste projecto, que tentou assegurar a diversidade de nacionalidades, grupos sociais, faixas etárias, qualificações, sexo e elementos que se encontrassem em diferentes fases do processo de asilo. O Grupo começou apenas com 8 membros, tendo, também, o acompanhamento de 3 técnicas da Parceria de Desenvolvimento (PD).

Desde Março de 2003, este Grupo tem vindo a trabalhar de uma forma mais ou menos regular, reunindo-se uma vez por mês. Após terem sido informados sobre o Projecto, os oito participantes deste Grupo têm vindo a desenvolver algumas actividades de identificação dos problemas que ainda persistem em Portugal no acolhimento e integração prestado a este público-alvo, bem como em formas alternativas de tentar resolver estes mesmos problemas.

Um dos factores mais positivos do trabalho desenvolvido nesta actividade foi, sem dúvida alguma, determinado pelo facto de se ter conseguido juntar numa mesma sala, numa mesma mesa, pessoas das mais diversas nacionalidades, credos ou ideologias, pessoas com histórias de vida muito diferentes, mas com algo muito forte em comum: o facto de serem pessoas fugidas do seu país de origem, onde podem nunca mais voltar, que se encontram numa terra desconhecida que tiveram de aprender a conhecer e a interpretar melhor ou pior.

A partir do momento em que os seus membros tomaram consciência de que “não eram únicos” e partilhavam/viviam alguns problemas comuns entre si (nomeadamente, a falta de reconhecimento do

4 Conceito de desenvolvimento alternativo, vulgarizado por John Friedmann nos anos 90.

5 Commission of the European Communities. Free movement of good ideas. Communication from the Commission establishing the guidelines for the second round of the Community Initiative EQUAL. Brussels, 30/12/03. p. 2

6 Projecto “Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo” (PT-2001-057), em que o Conselho Português para os Refugiados (CPR) é parceiro interlocutor.



cartão de refugiado pelas instituições, a dificuldade no acesso à habitação e emprego, entre outros), pareceu tornar-se mais simples e evidente a compreensão do seu papel, tentando alcançar uma solução colectiva para esses mesmos problemas através da participação no Grupo Consultivo.

Um importante avanço no trabalho desenvolvido com este Grupo prendeu-se com o facto dos seus elementos terem começado a “fazer” os seus próprios “produtos” (como por exemplo, um memorando sobre as suas necessidades e um folheto informativo para requerentes de asilo recém-chegados a Portugal). Na verdade, aquando da primeira reunião, o Grupo tinha identificado a falta de informação como um problema comum a técnicos, requerentes de asilo e população em geral.

O trabalho conjunto desenvolvido no seio do Grupo para a elaboração deste “*Guia/Folheto para Requerentes de Asilo*” acabou por ser muito importante para o fortalecimento da dinâmica do Grupo. De facto, ao darem o seu testemunho sobre as principais dificuldades (linguísticas, de localização espacial, de transportes e sua utilização, etc.) sentidas aquando da sua própria chegada a Portugal, e ao proporem diversos tipos de informação útil que deveria constar nesse folheto, os membros do Grupo sentiram que tinham um papel deveras importante no próprio acolhimento a novos requerentes de asilo.

Deste modo, os membros do Grupo conseguiram passar a valorizar a importância da existência de um “Nós” (de uma parceria em construção), indispensável à prossecução do seu trabalho futuro.

Segundo alguns autores⁷, a participação dos públicos-alvo pode ser vista como uma escada que se vai subindo até se alcançar a sua participação plena; mas que também se vai descendo.

De facto, desde cedo que a participação no Grupo Consultivo se apresentou como não sendo plena, por vários motivos, tais como a própria disponibilidade dos requerentes de asilo e refugiados e a percepção que cada um deles tinha do seu papel enquanto membro do Grupo.

Por outro lado, a dinâmica do Grupo e a formação da sua identidade colectiva conduziu a que, em alguns casos, os problemas vividos por cada um dos seus elementos fossem encarados, não no sentido da análise para resolução de situações futuras de âmbito geral, mas sim na sua dimensão individual com vista à resolução imediata. Ou seja, segundo alguns elementos, o Grupo deveria, então, trabalhar em proveito próprio (na resolução dos problemas de cada um dos seus elementos) e não como um instrumento para melhorar o sistema de acolhimento e integração em Portugal.

Nesse sentido, e se entendermos o *empowerment* como “(...) *to make its multiple voices heard and respected through active participation in decisions that affect its conditions of life and wellbeing*” (Friedmann, J. 1998. p.33), podemos dizer que, no que diz respeito aos requerentes de asilo e refugiados membros do Grupo Consultivo, o mesmo ainda não foi plenamente atingido.

Este Grupo encontra-se ainda numa fase de sedimentação dos resultados positivos já obtidos: o desenvolvimento/fortalecimento de competências pessoais (relacionais, expositivas, empreendedorismo, etc); fortalecimento da sua auto-estima individual; clarificação da dimensão institucional nos problemas sentidos; desenvolvimento de um espírito de pertença a um grupo; verificação de que a actuação do grupo tem repercussões, ou seja, a noção de que se consegue produzir mudança.

Ao fim de um ano e meio de trabalho, a conquista de poder, entendida como a autonomia sobre os rumos e processos que influem na vida de uma pessoa ou comunidade ainda não foi alcançada, porque cada um dos elementos do Grupo se encontra em diferentes fases do processo de aquisição de *empowerment*, possuindo diferentes visões e concepções sobre o próprio trabalho a desenvolver.

Apesar do que dissemos anteriormente, consideramos, no entanto, que o Grupo Consultivo (informal) de Requerentes de Asilo e Refugiados tem dado provas de que se encontra no bom caminho!

Sendo prova disso mesmo o facto de algumas situações que, anteriormente, pareciam ter corrido mal no trabalho do Grupo (como, por exemplo, a participação de alguns elementos do Grupo em actividades

⁷ Dr. Jordi Estivill, In Seminário da Pós-Graduação “Gerir Projectos em Parceria”, 28/02/04.



do Projecto⁸), se apresentarem agora, através das próprias palavras de alguns dos seus elementos, como exemplos evidentes de aquisição de empowerment:

“(…) Um membro do Grupo [Landu] contou como, quando quis alugar casa, a proprietária não lhe queria reconhecer o seu cartão de refugiada, por desconhecimento deste documento de identificação. Landu apresentou-lhe então um exemplar do “Guia de Acolhimento e Integração de Refugiados – para técnicos” [que tinha recebido aquando da 1ª sessão comemorativa do aniversário do projecto], pedindo-lhe que o estudasse, pois ali se provava que ela e o marido estavam legais em Portugal.”⁹

Na verdade, esta noção não inclui apenas o acto de conhecer direitos e exercê-los, mas também (e sobretudo) de construir novos direitos, influndo nas políticas públicas, etc:

Nesse sentido, podemos considerar que esse trabalho tem constituído um processo moroso que necessita de um grande empenho por parte dos técnicos, no seu papel de agentes de mudança e enquanto dinamizadores, até que se consiga atingir um estado que permita que o Grupo Consultivo se autonomize completamente face aos técnicos do Projecto.

Por fim, gostaríamos de concluir esta comunicação dizendo que, apesar do envolvimento do nosso público-alvo ainda não ter sido tornado de facto em "empoderamento", esta forma inovadora de trabalhar tem garantido uma maior adequação nas soluções encontradas para os seus problemas específicos, bem como o desenvolvimento de competências que concorrem para a promoção de uma cidadania que se pretende plena e participativa.

Tornando-se esta questão de máxima importância, nomeadamente, numa altura em que se fala da externalização do tratamento do asilo fora das fronteiras da União Europeia.

É precisamente nesta óptica, que nos parece importante que a União Europeia não tente afastar os supostos “problemas” para fora das suas fronteiras, mas antes crie condições de permanência dignas nos seus Estados membros para estes e outros públicos.

Nesse sentido, os resultados e as boas práticas alcançadas em programas como a Iniciativa Comunitária EQUAL afiguram-se-nos como extremamente importantes de divulgação e disseminação junto dos Governos, por forma a melhorar as condições de vida de diversos públicos excluídos.

⁸ Referimo-nos, em particular, à participação de alguns elementos do Grupo no 1º aniversário do Projecto “*Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo*” (realizado a 10 de Julho de 2003, no Centro de Acolhimento da Bobadela – Loures), a qual parecia não ter sido muito efectiva, na medida em que a reunião era essencialmente dirigida a técnicos de outras instituições que trabalham com este público.

⁹ In notas de trabalho retiradas na 11ª Reunião do Grupo Consultivo – 18/09/04.